

# O desempenho do Tesouro

Afinal, nesse escuro e angustiante túnel em que se meteu a economia brasileira, surge uma longínqua claridade, ao ser anunciado o desempenho do Tesouro Nacional e os resultados finais do encontro de caixa entre receita e despesa, relativo aos meses de janeiro e fevereiro. O bimestre foi superavitário. Para uma receita de Cz\$ 38,2 bilhões, nos primeiros trinta dias do ano, as despesas realizadas foram de Cz\$ 37,8 bilhões, registrando-se um diferencial de Cz\$ 400 milhões. Para fevereiro, os valores se ampliaram. Os resultados foram também satisfatórios. Entraram Cz\$ 47,3 bilhões e saíram Cz\$ 46 bilhões. Cz\$ 1,3 bilhão de saldo. Estamos gastando menos do que a receita recolheu. A determinação do presidente Sarney em ajustar a despesa pública aos índices da arrecadação está sendo cumprida rigorosamente. E melhor que isto, tornou possível iluminar os montantes da saída do túnel, aberto na rocha compacta das incertezas nacionais.

Para bem compreender a importância desses resultados relativos ao primeiro bimestre de 1987 é bom que sejam comparados com aqueles ocorridos em 1986. Para uma arrecadação de Cz\$ 93,834 bilhões foram autorizadas despesas num montante de Cz\$ 98,748 bilhões naquele ano. O resultado de caixa foi deficitário, desde que computados quase vinte bilhões depositados no Banco do Brasil pelo Governo Federal, representando rubricas indisponíveis.

E importante assinalar, por outro lado, a relevância para a eco-

nomia do País das posições resultantes entre o **deve** e o **haver** da União, conforme o anúncio da Secretaria do Tesouro, sintetizado no valor cumulativo de Cz\$ 1,9 bilhão de saldo agora em 1987. O balanço inclui o impacto monetário que foi de Cz\$ 11 bilhões em janeiro, caindo verticalmente numa contração de 8,9 bilhões, em termos de derrame na base monetária. Também o montante do serviço da dívida interna, embora tendo alcançado 8,4 bilhões no bimestre foi também declinante. O detalhe mais importante, no entanto, refere-se ao movimento "zero" na colocação de títulos da dívida pública. A economia global realizada, refere-se, inclusive às despesas pagas ao Banco Central, já contabilizadas.

A bem da verdade vale explicitar que o presidente Sarney, depois do marechal Dutra, é o primeiro Chefe de Estado a decidir-se por uma efetiva economia nos gastos públicos, mandando cortar despesas, limitando-as aos níveis da arrecadação. A determinação dada a conhecer, de imediato, obteve um retorno administrativo, compatibilizando receita e despesa. Desde a reconstitucionalização do País em 1946, o presidente Eurico Dutra atuou com energia no particular, sem contudo obter resultados mensuráveis. Tentou e não conseguiu. Os demais se limitaram a registros eventuais nas mensagens ao Congresso Nacional, sem contudo materializar uma ação efetiva.

Um cuidado especial deve ser levado em consideração pela Presidência da República ao longo da execução orçamentária de 1987. A lei de meios, por definição e condi-

cionamento, é um diploma legal meramente autorizativo. Sua ementa tradicional "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro" que especifica. Para gastar, é indispensável arrecadar. Quem tem mais despesa do que receita fica em deficit. A vigilância, por isso mesmo, deve ser reforçada, colocando-se uma tranca dobrada na porta larga dos créditos suplementares. Esta é a rota de fuga de todo controle orçamentário. Pelos seus traçados é que se processam os descaminhos do contrabando financeiro, autêntica ação entre amigos, unindo afinidades para facilitar e argumentando com os contrários para salvar aparências. Um jogo de engodos onde o grande traído é o Chefe da Nação.

Um ato normativo nesse sentido, colocando a execução orçamentária dentro de uma posição a um só tempo responsável e crítica, daria ao gerenciamento da lei de meios um instrumento de efetividade para cumprir e fazer cumprir a determinação de gastar menos do que se arrecadar. E dessa forma, a claridade no túnel irá ganhar mais lumes em seu grau de intensidade.

O excesso de arrecadação que ampliará, em muito, os ingressos na caixa do Tesouro Nacional vai estimular os executivos nos atos de gestão a serem garantidos pelos créditos orçamentários de suplementação. Manter as unidades orçamentárias contidas nos níveis votados pelo Congresso Nacional é confirmar a proposta do Governo, encaminhada para apreciação do Legislativo. Este deveria ser o limite dos gastos. O resto ficaria por conta do deficit.